



RESUMO DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Imitação do Avestruz: Conclusões da Resposta da África do Sul ao Terrorismo

POR HUSSEIN SOLOMON

- ◆ Nos últimos anos a África do Sul tem vindo a tornar-se num elemento central das redes terroristas globais.
- ◆ Apesar de existirem indícios crescentes da ameaça que tal situação representa, a África do Sul tem sido lenta a adoptar e aplicar uma resposta contraterrorista mais agressiva.
- ◆ A necessária vontade política de conter esta ameaça implica que existam uma supervisão independente dos serviços nacionais de recolha de informações e uma avaliação objectiva dos riscos, de forma a tornar o combate ao terrorismo uma prioridade nacional.

DESTAQUES

“[A África do Sul] é um local ideal para deixar que a situação arrefeça e para reagrupar e planejar os dinheiros e as operações. As comunicações e infra-estruturas são excelentes, existe uma comunidade islâmica radical, e as nossas forças de manutenção da ordem pública estão sobrecarregadas.”

—Gideon Jones, ex-director da Unidade de Investigação Criminal dos Serviços Policiais Sul-Africanos¹

Desde o financiamento do terrorismo até à oferta de refúgios, dos passaportes e documentos de identificação sul-africanos adquiridos por via fraudulenta, da formação paramilitar até à utilização do território como base operacional para lançamento de operações contra outros países, a África do Sul tem vindo a destacar-se como um lugar de acolhimento cada vez mais atraente para o terrorismo. O facto tornou-se evidente no processo de Haroon Rashid Aswat, em 2005. Aswat foi detido na Zâmbia em finais de Julho de 2005 após o seu número de telefone ser encon-

trado nos telemóveis dos quatro bombistas suicidas responsáveis pelo atentado terrorista de 7 de Julho de 2005 em Londres. Com efeito, descobriu-se que Aswat tivera várias conversas telefónicas com cada um deles, quando se encontravam na África do Sul, uns dias antes do atentado.² Isto levou os analistas a reconhecer a possibilidade de haver uma ligação operacional entre Mohammed Saddiq Khan, chefe da célula suicida em Londres, e Aswat na África do Sul.

Os americanos também estavam interessados em Aswat, que era acusado da tentativa de criar um

campo de treino militar em Seattle, Washington,³ e em Bly, no Oregon, em 1999. Os investigadores zambianos também salientaram que Aswat lhes afirmara ser guarda-costas de Osama bin Laden. Aswat negou todas as acusações afirmando que ganhava a vida a vender CD e DVD islâmicos em feiras. No entanto, os investigadores não ficaram convencidos, argumentando ser improvável que tal ocupação pudesse financiar a quantidade de viagens que Aswat tinha feito.⁴ Outras investigações concluíram que Aswat era assistente do ideólogo terrorista Abu Hamza al Masri, da famosa mesquita Finsbury em Londres, onde vários terroristas haviam recebido formação, incluindo o famoso “terrorista dos sapatos” Richard Reid. Por seu lado, Abu Hamza al Masri também estivera ligado aos grupos da Al Qaeda tanto no Iémen como na Argélia.⁵

A situação da África do Sul como base operacional e rota de trânsito e penetração do terrorismo internacional noutros países-alvo também foi evidenciada em 2004 no processo de Ihsan Garnaoui, um tunisino suspeito de pertencer à Al Qaeda. Garnaoui era especialista no fabrico de explosivos, após ter recebido formação no Afeganistão, e fora “promovido” a instrutor da Al Qaeda. Tinha em seu poder vários passaportes sul-africanos com diferentes nomes falsos (incluindo os nomes Abram Shoman e Mallick Shoman) e viajou através da África do Sul para a Europa, onde foi acusado de planejar atentados contra alvos americanos e judaicos.⁶ Grande parte dos preparativos de Garnaoui para esses atentados teve lugar na África do Sul, onde adquiriu binóculos sofisticados de modelo utilizado por militares, com câmara digital incorporada, diagramas e instruções para a montagem de detonadores. Preparou igualmente a implantação de células em Berlim durante a sua permanência na África do Sul.⁷

A utilização da África do Sul como base operacional e ponto de passagem foi também realçada no processo de Mohammed Gulzer, em Julho de 2006. Este e outros sete homens foram acusados de terem planeado e tentado abater sobre o Atlântico pelo menos sete aviões de passageiros, com origem em Londres, usando explo-

sivos compostos a partir de água oxigenada introduzida em garrafas de refrigerantes. Gulzer era o líder do grupo e viajou de avião para Londres via África do Sul.⁸

Porque é que a África do Sul se tem mostrado tão lenta a adoptar e executar políticas contraterroristas mais agressivas, apesar de cada vez mais sinais da importância do lugar que ocupa na rede global do terrorismo islâmico? A experiência da África do Sul e os seus ensinamentos são importantes para outros países africanos que desvalorizam a ameaça terroris-

“a experiência da África do Sul e os seus ensinamentos são importantes para outros países africanos que desvalorizam a ameaça terrorista, o que tem permitido o enraizamento de membros e simpatizantes da Al Qaeda nos últimos anos”

ta, o que tem permitido o enraizamento de membros e simpatizantes da Al Qaeda nos últimos anos.

COMEÇOU TUDO TÃO BEM . . .

No rescaldo do 11 de Setembro, Pretória condenou imediatamente os atentados terroristas contra os Estados Unidos e ofereceu a Washington assistência humanitária e a total cooperação dos seus órgãos de segurança. A catástrofe ocorrida nos Estados Unidos também agiu como um catalisador que levou a África do Sul a reexaminar as suas próprias leis de contraterrorismo.⁹

A necessidade de criar legislação neste domínio adveio não apenas de acontecimentos extraordinários como o 11 de Setembro mas também da campanha de terror levada a cabo por muçulmanos locais que assolou a província de Western Cape na década de 1990. A adopção pela África do Sul da Lei Antiterrorismo de 2002 também se destinou a reunir os diversos textos legislativos existentes numa única lei coerente e abrangente e a alinhá-la com os instrumentos internacionais de combate ao terrorismo,¹⁰ como a Resolução n.º 1373 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que afirma que qualquer acto de terrorismo internacional constitui uma ameaça à paz e à segurança globais.

A África do Sul também trouxe a questão do terrorismo para primeiro plano nas suas relações bi-

O Professor Hussein Solomon ensina no Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Pretória. Actualmente é professor convidado do Centro de Colaboração Global da Universidade de Osaka, no Japão.

laterais, em Outubro de 2006. Durante uma reunião com o Primeiro-Ministro indiano Manmohan Singh, o antigo Presidente Thabo Mbeki declarou que os dois países partilhariam informações para a prevenção de actos terroristas.¹¹ Sublinhando a ideia de que o terrorismo representa uma ameaça global e que a comunidade internacional só poderá erradicar este flagelo se actuar em parceria.

No entanto, e apesar de medidas iniciais positivas e das intenções anunciadas por Pretória, cavou-se aos poucos um fosso entre o prometido e o cumprido, o que levou a África do Sul a perder credibilidade no domínio do combate ao terrorismo. Que razões podem explicar a desvalorização pela África do Sul da ameaça terrorista?

Um factor é a aparente ingenuidade manifestada por alguns decisores políticos seniores sul-africanos no que diz respeito ao fenómeno do terrorismo. Em Julho de 2004 dois sul-africanos foram detidos num refúgio da Al Qaeda no Paquistão juntamente com um comandante superior da Al Qaeda. Em resposta aos relatórios emitidos pelas autoridades paquistanesas informando que os indivíduos em causa preparavam ataques na África do Sul, o então Ministro-adjunto dos Negócios Estrangeiros afirmou: “Toda a gente sabe que a África do Sul sempre tem tomado posições correctas em questões como o Médio Oriente e a guerra no Iraque e não há qualquer motivo para que alguém nos queira atacar”.¹² O raciocínio subjacente a esta posição parece ser o de que somos imunes ao terrorismo em virtude das nossas posições de política externa “sempre correctas” relativamente ao Médio Oriente.

Mas há outros argumentos que permitem contestar este raciocínio. A campanha de terror urbano orquestrada por muçulmanos locais na década de 1990 na província de Western Cape assim como as várias tentativas de levar a efeito atentados terroristas mostravam que algo de muito grave estava a acontecer. A campanha bombista da década de 1990 não visou apenas o consulado dos Estados Unidos na Cidade do Cabo ou restaurantes associados ao Ocidente, como o Planet Hollywood, mas também sinagogas, muçulmanos moderados, clubes de homossexuais e, ainda mais importante, órgãos do próprio estado sul-africano. Em Agosto de 1998, ocorreu uma explosão no exterior dos escritórios da equipa de investigações especiais da polícia e, em Setembro de 1998, foi assassinado o juiz

encarregado do processo que envolvia um membro da organização Povo contra o Banditismo e a Droga [People Against Gangsterism and Drugs (PAGAD)].¹³

O ETERNO PECADO DO “POLITICAMENTE CORRECTO”

O “politicamente correcto”, moldado pela história singular da África do Sul, continua a caracterizar a mentalidade de muitos membros do establishment político da África do Sul e prejudica a luta contra o flagelo terrorista. O antigo Ministro da Segurança (Serviço de Informações), Ronnie Kasrils, afirmou: “devemos evitar cair na histeria internacional crescente que retrata todos os muçulmanos como potenciais suspeitos. O grito de ‘um terrorista em cada madraça’ recorda os boatos do ‘comunista que come crianças’ e a fobia do ‘*swart gevaar*’ [perigo negro] da época da Guerra Fria e do apartheid. Nunca mais deve repetir-se a caça às bruxas no nosso país”.¹⁴ Este raciocínio ideológico recusa reconhecer a diferença qualitativa entre a luta armada contra o apartheid e o actual flagelo jihadista mundial. Com efeito, denigre a luta nobre travada contra o regime do

“O ‘politicamente correcto’, moldado pela história singular da África do Sul, continua a caracterizar a mentalidade de muita gente na África do Sul”

apartheid. Apesar do infame atentado bombista ocorrido no Bar Magoos, os atentados contra alvos civis (soft targets) nunca mereceram a aprovação da liderança do Congresso Nacional Africano (ANC).¹⁵ A ideia de atacar pessoas inocentes num restaurante, ou passageiros de um autocarro, era anátema para o ANC, que desta forma conseguiu preservar a sua integridade moral. Vale a pena, ainda, considerar os objectivos limitados do ANC—uma África do Sul democrática, sem distinções raciais—comparados com as ambições globais dos muçulmanos radicais, que querem instaurar um califado muçulmano mundial.¹⁶

A POLITIZAÇÃO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES SUL-AFRICANO

Outro dos problemas que impede os serviços de informações da África do Sul de se concentrarem

no contraterrorismo é a sua politização. Com efeito, desde 2005 pelo menos que vários órgãos, como a Agência Nacional de Informações (NIA), denunciam casos em que o poder executivo utiliza as estruturas estatais para atingir objectivos políticos.¹⁷ Por isso, não surpreende que, em 2008, uma Comissão Ministerial de Revisão dos Serviços de Informações tenha manifestado o receio de que “que o mandato da NIA possa ter politizado a agência e tê-la arrastado para o campo das políticas partidárias, requerendo que controle e investigue a actividade política legal”¹⁸. A combinação de um frágil equilíbrio de poderes e de um amplo mandato facultou à burocracia no sector das informações a possibilidade de espiar aqueles que se opunham ao Presidente. O Ministro da Segurança demissionário, que ordenara a revisão dos serviços de informações, também instou o governo do ANC a nomear para o cargo uma pessoa da mais alta integridade, devido à sensibilidade do cargo. Como o próprio observou: “São enormes as possibilidades de abuso do poder por parte de um ministro ou director-geral desonesto”.¹⁹

Assim, a incapacidade de dedicar maior atenção aos grupos terroristas que actuam na África do Sul explica-se em parte pelo facto de as agências de informação do país estarem preocupadas com alvos políticos internos. Em 2009, por exemplo, foram cortados os financiamentos ao Director-Geral Adjunto de Operações da Agência Nacional de Informações numa tentativa de o marginalizar. Enquanto comandante das operações, que controlava o ultra secreto registo das fontes, este indivíduo deixava de poder pagar a cerca de 100 informadores de alto nível, entre eles as principais fontes de informações relacionadas com potenciais ameaças durante o Campeonato do Mundo de 2010.

SITUAÇÃO DO APARELHO DE SEGURANÇA INTERNA DA ÁFRICA DO SUL

Nos termos da Lei Antiterrorismo sul-africana, a Força Policial da África do Sul (SAPS) constitui o principal instrumento de contraterrorismo do país; no entanto, a sua situação dificilmente inspira confiança. Um relatório de 2008 realizado por catorze comissários de polícia aposentados concluiu que a SAPS sofria de planeamento e formação insuficientes, o que se reflectia na fraca qualidade das investigações e na baixa percent-

agem de condenações. Concluía ainda que o comando e controlo eram praticamente inexistentes.²⁰ Outros dados relevantes destacados no mesmo relatório:

- ◆ A falta de detectives—3,343 a nível nacional
- ◆ Muitos agentes são inexperientes e encontram-se sobrecarregados, a investigar 150 processos ou mais
- ◆ A maioria não recebe formação adequada e 24 por cento não frequentaram um curso básico de agente do serviço de informações.²¹

Entretanto, o Departamento de Assuntos Internos, responsável pela emissão de passaportes e documentos de identificação, tem sido frequentemente explorado pelo terrorismo internacional tanto na África do Sul como no estrangeiro.²²

CRIMINALIZAÇÃO CRESCENTE

Há cada vez mais sinais de que estamos a assistir à criminalização crescente do aparelho de segurança do estado. Em Agosto de 2008, o Ministério Público da África do Sul entregou ao Parlamento um documento confidencial descrevendo o envolvimento de antigos elementos das forças de segurança, tanto do regime de apartheid como do ANC, na formação de forças paramilitares, no contrabando de armas e no crime organizado.²³

A infiltração pelo crime organizado não afecta apenas os mandarins políticos do estado mas também a sua estrutura de segurança—designadamente a polícia. Ao longo de 2008, 538 agentes da polícia foram considerados culpados, em audiências internas, de crimes que incluíam desde homicídios, violações, agressões, roubos e corrupção até consumo de álcool e drogas.²⁴ Em Junho de 2010, por exemplo, os meios de comunicação social noticiaram o envolvimento de agentes das esquadras de Sharpeville e Sebokeng em assaltos a carrinhas de transporte de valores.²⁵ No entanto, mais impressionante que os números é a posição hierárquica ocupada pelos agentes envolvidos. Em 2009, o chefe do crime organizado no West Rand, Superintendente Sénior Dumisani Jwara, e dois capitães sob as suas ordens foram detidos sob a acusação de desviarem droga desti-

nada a laboratórios forenses e de a encaminharem para o submundo do crime.²⁶ O mais grave, no entanto, é que tudo indica poderem estes casos ser apenas a ponta do iceberg. De acordo com um inquérito à polícia realizado em 2007 pelo Instituto de Estudos da Segurança (ISS), “92 por cento dos agentes concordaram que a corrupção da polícia é um desafio grave e 54 por cento afirmaram que a corrupção tinha aumentado nos últimos quatro anos. Mais de 70 por cento declarou que a maioria dos agentes está ao corrente do envolvimento de colegas em actividades criminosas, e 68 por cento disseram estar convencidos de que a maior parte dos agentes não denunciaria um colega que soubesse ser corrupto”.²⁷

Isto tem graves implicações para a segurança, uma vez que abre a porta à infiltração e penetração do aparelho de segurança do Estado por elementos criminosos. Essa infiltração, por seu lado, tem consequências negativas indirectas, como por exemplo, a relutância das agências de informações estrangeiras em transmitir informações as suas homólogas sul-africanas, temendo que cheguem às mãos dos sindicatos do crime organizado. Além disso, dada a crescente ligação entre o crime organizado e as redes islâmicas, tais informações poderiam chegar aos grupos muçulmanos radicais.

EFICÁCIA DO APARELHO DE SEGURANÇA DO ESTADO

A natureza e dimensão da ameaça terrorista levantam importantes questões sobre a prontidão dos serviços de segurança sul-africanos.

Em Agosto de 2009, o processo judicial contra dois membros da organização PAGAD—Faizel Waggie e Shahied Davids—pelo atentado à bomba contra o restaurante Keg and Swan, em Novembro de 2000, foi silenciosamente abandonado. Os procuradores teriam desistido do caso porque as conversas dos acusados tinham sido registadas sob escuta ilegal e a polícia tinha mentido sob juramento. Mas acima de tudo, os dois alegados cúmplices de Waggie e Davids—Yusuf e Fahiema Enous, que entretanto tinham aceite serem testemunhas do governo—foram assassinados quando se encontravam ao abrigo do serviço de protecção de testemunhas. Não foi de resto a primeira vez que testemunhas foram assassinadas. Ebrahim Gallie, que deveria testemunhar noutro julgamento relacionado com a PAGAD em 2009, foi raptado e mais tarde morto a tiro. Escusado

será dizer que este caso também teve de ser abandonado.²⁸ O problema é este. Sabendo as testemunhas quão inseguro é o serviço de protecção de testemunhas, quem arriscará testemunhar? E sem a presença de testemunhas, que processos podem ser concluídos com êxito?

Parece também existir um problema estrutural no seio da comunidade de informações. Os operacionais no terreno de nível médio e baixo que muitas vezes arriscam a vida para recolher informações sobre os

“um público que conhece e compreende uma FDS e os seus objectivos apoiá-la-á mais livremente”

grupos islâmicos queixam-se muitas vezes de que as suas pistas e avisos são ignorados ou não são comunicados aos escalões mais altos do poder político.²⁹ Porque é que isto acontece? Existirão barreiras que impedem certo tipo de informações objectivas de chegar aos decisores políticos? Ou será que chegam onde devem chegar, mas que nada é feito com base nessas informações? Qualquer que seja a resposta, esta é uma situação que deve ser corrigida urgentemente.

AMBIGUIDADE NA ABORDAGEM DA ÁFRICA DO SUL AO CONTRATERRORISMO

A ambiguidade também domina as “políticas” de contraterrorismo da África do Sul. Em Outubro de 2004 por exemplo, a Agência Nacional de Informação desmentiu relatos dos meios de comunicação segundo os quais a África do Sul estava a ser usada como base de operações da Al Qaeda. No entanto, em Agosto de 2005, a NIA admitiu que a Al Qaeda estaria a tentar implantar redes na África Austral e que lhe seria fácil atacar portos.³⁰ Especialistas independentes atribuem a inconsistência das posições assumidas à relutância de Pretória de investigar a comunidade muçulmana do país devido ao receio de a alienar.³¹

Os sinais contraditórios mantêm-se hoje. Após o encerramento da embaixada e dos consulados dos Estados Unidos assim como dos escritórios da USAID (Agência para o Desenvolvimento dos EUA) em Setembro de 2009 devido a uma ameaça proveniente de uma célula da Al Shabaab baseada na Cidade do Cabo, o

Comissário da Polícia Nacional da África do Sul afirmou que a polícia estava a investigar o caso e que seriam efectuadas prisões, mas acrescentou que os seus serviços não excluíam a hipótese de se tratar de um embuste.³² Efectivamente, este episódio deu mais tarde lugar a uma operação conjunta, envolvendo polícias de alta patente,

“especialistas atribuem a inconsistência das posições assumidas à relutância de Pretória de investigar a comunidade muçulmana do país”

membros da NIA e agentes americanos, da qual resultou a prisão de elementos ligados a extremistas na Somália e Moçambique que, por sua vez, estavam ligados a tenentes da Al Qaeda no Afeganistão e no Paquistão.³³

PASSOS A DAR NO FUTURO

Uma estratégia contraterrorista eficaz não existe sem um serviço de informações profissional. A primeira das prioridades é a despolitização da comunidade de informações. Os passos a dar encontram-se delineados claramente no relatório da Comissão Ministerial de Revisão dos Serviços de Informação de 2009. Saliendo o mandato incrivelmente abrangente conferido à NIA para recolher informações de carácter político, a Comissão recomendou que tal mandato fosse reduzido, e centrado nas áreas de “terrorismo, sabotagem, subversão, espionagem, proliferação de armas de destruição maciça, crime organizado e corrupção, violência em grande escala e narcotráfico”.³⁴ A concentração do mandato tem a vantagem de não permitir que a comunidade de informações disperse os seus recursos a cobrir um campo demasiado vasto. Além disso, as parcerias com agências de informação estrangeiras, a formação e a exigência de transferência de capacidades também podem contribuir para a profissionalização do serviço de informações.

Outra prioridade chave de uma estratégia de contraterrorismo bem-sucedida é a eliminação de ambiguidades sobre a gravidade da ameaça e da aparente falta de vontade política. Uma solução consiste em proceder a uma avaliação objectiva do risco (ou seja, a elaboração um livro branco sobre as ameaças do terrorismo), o que implicaria que vários departamentos

governamentais se pronunciassem sobre as questões estratégicas e operacionais seguintes:

- ◆ Avaliação do nível actual da ameaça;
- ◆ Rastreamento do tipo de riscos e alvos relevantes;
- ◆ Exploração de novas tecnologias de contraterrorismo;
- ◆ Estabelecimento de um equilíbrio entre liberdade e segurança;
- ◆ Melhoria da cooperação internacional no domínio do contraterrorismo; e
- ◆ Informação adequada da população para prevenir a propagação de medos sem fundamento.³⁵

Com efeito, um livro branco baseado em provas pode constituir a resposta ao discurso sobre as ameaças do terrorismo na África do Sul (e outras nações africanas, que terão de vencer a falta de vontade política). As políticas resultantes de uma avaliação objectiva das ameaças identificadas têm menos possibilidades de ser prejudicadas por preconceitos pessoais e ideologias. Um livro branco também pode contribuir para demonstrar claramente que o contraterrorismo é uma prioridade, e criar uma base para a sincronização de esforços em toda as esferas governamentais.

Para combater o terrorismo, o governo da África do Sul deve evoluir de medidas reactivas para medidas mais proactivas (em última instância, preventivas). Afinal de contas, é bem menos útil deter e prender terroristas após a morte e mutilação de civis já ter ocorrido (como aconteceu no atentado bombista do Planet Hollywood).

Neste contexto, pode ser útil analisar a experiência, no domínio do contraterrorismo, de alguns países europeus seleccionados.³⁶ Os elementos chave incluem, em primeiro lugar, um relacionamento privilegiado entre os serviços de informações e magistrados especializados. Desta forma, os processos não ficam postos em causa no momento em que os suspeitos de actos de terrorismo comparecem perante o tribunal. Tratando-se de magistrados dedicados aos temas relacionados com o contraterrorismo, eles conhecem bem

as limitações do direito penal em matéria de actos terroristas. Além disso, compreendem os condicionamentos do trabalho dos agentes de contraterrorismo e a necessidade de obter respostas rápidas para evitar atrocidades. Em segundo lugar, os actos de terrorismo são vistos como um crime autónomo que requer penas mais severas. Desta forma, a própria legislação exerce um poderoso efeito dissuasor. Terceiro, a natureza pró-activa desta estratégia de contraterrorismo reflecte-se na abordagem legal preventiva usada pelos europeus com a designação “conspiração para praticar actos de terrorismo”.³⁷ Esta abordagem preventiva tem levado à criação de planos nacionais de segurança e de alerta e ao estabelecimento de medidas de segurança adicionais e planos de emergência para locais e transportes públicos, devido aos alvos escolhidos pelos terroristas ao atacar sistemas de transportes de nações europeias, como no atentado ao metropolitano de Londres e nos ataques bombistas aos caminhos-de-ferro em Madrid.

A compreensão de que a natureza da ameaça está em constante mutação, necessitando de acompanhamento constante e do envolvimento de todas as instituições governamentais, levou os franceses, por exemplo, a declarar a luta contra o terrorismo uma prioridade nacional. Como observou Ludo Block, todas as “instituições governamentais procuraram activamente indícios e informações que apontassem para processos de radicalização na sociedade”.³⁸

Este objectivo pode ser desenvolvido através da criação de uma instituição central, responsável pela recolha de todas as informações relevantes relacionadas com o terrorismo e a elaboração de uma estratégia para o país no seu todo, o que por sua vez poderia minimizar as contradições na avaliação da ameaça do terrorismo que emana de diferentes órgãos governamentais na África do Sul. É fundamental que os membros desta estrutura sejam nomeados com base na competência, e não em lealdades partidárias. O pessoal deve ser bem pago e bem avaliado para evitar a infiltração de elementos criminosos num órgão de segurança sensível.

Apesar de África poder beneficiar da experiência europeia, importa salientar que as medidas proactivas devem ser encaradas numa escala. Embora o esforço de identificar e interromper os processos de radicalização possa ser a primeira das medidas proactivas, que fazer quando enfrentamos uma jihadi já radicalizada? Podem,

então, ser tomadas outras medidas proactivas, como a destruição das redes de financiamento do terrorismo, a destruição dos seus esconderijos de armas e informações operacionais ou a destruição dos seus campos de treino. Perante o fracasso destas medidas, e se os terroristas estão armados, treinados e possuem recursos financeiros para lançar um ataque, as medidas seguintes consistem em isolar o alvo, impedir o acesso do terrorista ao alvo ou sabotar o plano de atentado.³⁹ Isto, evidentemente, partindo do princípio que um bom trabalho de recolha de informações permitiu identificar os alvos, os terroristas e o plano. Com efeito, a África do Sul e outras nações africanas precisam de adoptar uma perspectiva de longo prazo e terão de contar por muito tempo ainda com meios de recolha de informações no seio das estruturas jihadistas.

CONCLUSÃO

O terrorismo constitui uma ameaça omnipresente a nível mundial. Sentindo-se pressionados noutros locais, os militantes islamistas olham cada vez mais para o continente africano como um lugar propício para as suas actividades. A África do Sul, com infra-estruturas de transportes, telecomunicações e comerciais relativamente desenvolvidas, é um dos países escolhidos. As deficiências dos serviços de segurança do país, associadas à abordagem ideológica de alguns membros da sua elite política prejudica consideravelmente qualquer esforço empenhado de contraterrorismo. No entanto, a prática internacional demonstra que se Pretória conseguir mobilizar a sua vontade política, poderá travar o flagelo do terrorismo.

NOTAS

¹ “Nations Hospitable to Organized Crime and Terrorism”, Biblioteca do Congresso dos EUA, 23 de Outubro de 2003.

² Jonathan Schanzer, “Pretoria Unguarded”, *The Weekly Standard* 12, n.º 35, 28 de Maio de 2007.

³ Alameen Templeton, “Uncovering the SA life of London bomb suspect”, *Cape Times*, 2 de Agosto de 2005.

⁴ “SA a growing terrorist hideout”, South African Press Association (SAPA), 6 de Setembro de 2005.

⁵ Schanzer.

⁶ “Terrorist obtained South African passports”, *USA Today*, 27 de Julho de 2004.

⁷ Ronald Sandee, “Target South Africa”, apresentação perante o Grupo de Contraterrorismo do Congresso dos EUA, 26 de Maio

de 2010. Ver também Stephan Hofstatter, Suthentira Govender e Teneshia Naidoo, “SA Accused of Being Slow to Respond to Warnings”, Times Live, 30 de Maio de 2010, disponível em <www.timeslive.co.za/sundaytimes/article477466.ece/World-Cup-terror-alert>.

⁸ “UK bomb plotter flew via SA”, News24.com, 7 de Abril de 2008.

⁹ “Terrorism Profile-South Africa”, Privacy International, 17 de Junho de 2004, disponível em <www.privacyinternational.org/article.shtml?%cmd%SD=x-347-66677>.

¹⁰ Henri Boshoff e Martin Schonteich, “South Africa’s Operational and Legislative Responses to Terrorism”, in *Africa and Terrorism, Joining the Global Campaign*, ed. Jakkie Cilliers and Kathryn Sturman, (Pretória: Institute for Security Studies, 2002), 67.

¹¹ Ibid., 2.

¹² “Pahad: The heat is on”, News24.com, 5 de Agosto de 2004.

¹³ Sandee, 2.

¹⁴ Kurt Shillinger, “Al-Qaida in Southern Africa”, *Armed Forces Journal*, Fevereiro de 2006, disponível em <www.armed-forcesjournal.com/2006/02/1813653/>.

¹⁵ “Holding the ANC Accountable”, em *The Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report*, (Pretória: Governo da República da África do Sul, 2003), 649, disponível em <www.info.gov.za/otherdocs/2003/trc/5_3.pdf>.

¹⁶ Hussein Solomon, *Pakistan and the Legacy of Maulana Maududi*, International Institute for Islamic Studies, 2009, 2.

¹⁷ Jackie Mapoloko, “Top cop scuttled Zuma case”, *Mail & Guardian*, 21 de Maio de 2010.

¹⁸ Sam Sole e Nic Dawes, “Kasrils shields his legacy”, *Mail & Guardian Online*, 26 de Setembro de 2008, disponível em <www.mg.co.za/article/2008-09-26-kasrils-shields-his-legacy>.

¹⁹ Ibid.

²⁰ Adriaan Basson, “Shocking state of the SAPS”, *Mail & Guardian Online*, 1 de Maio de 2008, disponível em <www.mg.co.za/article/2008-0501-shocking-state-of-the-saps>.

²¹ Ibid.

²² Sean O’Neil, “SA face visa curbs to shut terrorist route to Britain”, *The Times*, 4 de Fevereiro de 2008.

²³ Liezel Steenkamp, “Suide Afrika ‘n veilige hawe vir Moslem terroriste”, *Rapport*, 9 de Agosto de 2008.

²⁴ C. Du Plessis, “Hundreds of cops found guilty of crimes in one year”, *Pretoria News*, 8 de Setembro de 2009.

²⁵ Sonja van Buul e Daniella du Plooy, “Cops involved in deadly heist”, News24.com, 7 de Junho de 2010.

²⁶ Alex Eliseev e Bonile Ngqiyaza, “Drugs: top cop arrested”, *Pretoria News*, 24 de Março de 2009.

²⁷ “Zille warns of rising tide of police corruption”, *Mail & Guardian Online*, 18 de Janeiro de 2008, disponível em <www.mg.co.za/article/2008-01018-zille-warns-of-rising-tide-police-corruption>.

²⁸ Stefaans Brummer and Sam Sole, “Did top cops rig PAGAD case?” *Mail & Guardian*, 21 de Agosto de 2009.

²⁹ Stephan Hofstatter, Suthentira Govender e Teneshia Naidoo, “World Cup terror alert: South Africa accused of being slow to respond to warnings”, *The Sunday Times*, 30 de Maio de 2010.

³⁰ Ibid.

³¹ “South Africa’s growing terrorist hideout”, SAPA, 6 de Setembro de 2005.

³² Peter Fabricius, Shaun Smillie, and Gillian Gifford, “US still on terror threat in SA as buildings close”, *Pretoria News*, 23 de Setembro de 2009.

³³ “Al Qaeda plot to attack 2010 football World Cup foiled in South Africa”, 14 de Outubro de 2009, disponível em <www.newstrackindia.com/newsdetails/128098>.

³⁴ Sole and Dawes.

³⁵ Ibid.

³⁶ Ludo Block, “Evaluating the Effectiveness of French Counter-Terrorism”, *Jamestown Terrorism Monitor* 3, n° 15 (Julho de 2005), disponível em <[www.jamestown.org/single/?tx_ttnews\[tt_news\]=560](http://www.jamestown.org/single/?tx_ttnews[tt_news]=560)>.

³⁷ Ibid.

³⁸ Ibid.

³⁹ Boshoff e Schonteich.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Director: Embaixador (reformado)
William M. Bellamy
National Defense University
300 Fifth Avenue, Building 21
Fort McNair
Washington, DC 20319-5066
Telefone: + 1 202 685-7300
Website: www.africacenter.org

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM DAKAR

Gerente Regional:
Elisabeth Feleke
Telefone: 221 33 869 61 00
Email: FelekeE@ndu.edu

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM ADIS ABABA

Gerente Regional:
Brad Anderson
Telefone: 251 11 517 4000
Email: AndersonBG@state.gov

RESUMOS DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

Editor: Dr. Joseph Siegle
Telefone: + 1 202 685-6808
Email: SiegleJ@ndu.edu

O Centro de Estudos Estratégicos de África apoia o desenvolvimento de políticas estratégicas dos EUA que visam a África, oferecendo programas académicos de alta qualidade e relevantes, fomentando a consciencialização e o diálogo sobre as prioridades estratégicas dos EUA e assuntos relacionados com segurança em África, criando redes de líderes militares e civis africanos, americanos, europeus e internacionais, assistindo as autoridades dos EUA na formulação de políticas eficazes para África e articulando as perspectivas africanas a autoridades dos EUA.



O Resumo de Segurança de África apresenta pesquisa e análise de especialistas do CEEA e eruditos, com o objectivo de avançar a compreensão das questões de segurança Africanas. As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do Departamento de Defesa dos Estados Unidos ou qualquer outro órgão do Governo Federal. Para mais informações sobre o CEEA, visite o Web site <http://www.africacenter.org>.

AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES



<http://www.africacenter.org>

